

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

FLÁVIO ALVES DE CARVALHO

**GERENCIAMENTO DE RESULTADOS CONTÁBEIS NAS
OPERADORAS DE PLANOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
NO BRASIL**

**VITÓRIA
2018**

FLÁVIO ALVES DE CARVALHO

**GERENCIAMENTO DE RESULTADOS CONTÁBEIS NAS
OPERADORAS DE PLANOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Lopo Martinez

**VITÓRIA
2018**

FLÁVIO ALVES DE CARVALHO

**GERENCIAMENTO DE RESULTADOS CONTÁBEIS NAS
OPERADORAS DE PLANOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante.

Aprovada em 12 de abril de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Lopo Martinez
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e
Finanças (FUCAPE)

Prof. Dr. Poueri do Carmo Mário
Centro Universitário UNA (UNA)
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Prof. Dr. César Valentim de Oliveira Carvalho Junior
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

RESUMO

Esta pesquisa objetivou verificar se as OPS gerenciam os resultados contábeis, por meio das acumulações discricionárias, para não reportar baixo índice no indicador da dimensão sustentabilidade no mercado. Foram utilizados os dados que são disponibilizados no Portal da ANS, das OPS com registro ativo, do período de 2012 a 2016. No Brasil, as OPS são reguladas pela ANS, órgão vinculado ao Ministério da Saúde, que em 2016 tiveram movimentação financeira de aproximadamente 162 bilhões de reais, com número de beneficiários que representam aproximadamente 25% da população brasileira. A ANS instituiu o Programa de Qualificação de Operadoras, que utiliza o índice do indicador sustentabilidade no mercado, na qual os resultados são calculados a partir de uma cesta de índices. Os gestores podem gerenciar a informação contábil por incentivos, que, nesse caso, podem ser não apresentar indícios de anormalidade administrativa, ter resultados nos índices do indicador que atendam aos requisitos do Programa de Qualificação, ficar mais bem ranqueada no IDSS, por ser uma ferramenta de avaliação, na qual os consumidores podem usar para subsidiar decisões de contratação ou troca de planos. A métrica utilizada, nesta pesquisa, para detecção de gerenciamento de resultados, por acumulações discricionárias, foi o modelo Jones Modificado. Os resultados evidenciaram que os gestores das OPS gerenciam os resultados contábeis por incentivo de não reportar baixo índice no indicador da dimensão sustentabilidade no mercado.

Palavras-chave: Gerenciamento de resultados. Acumulações discricionárias. Sustentabilidade no mercado. Modelo Jones Modificado.

ABSTRACT

This research aimed to verify if the OPS manage the accounting results, through discretionary accumulations, not to report low index in the indicator of the sustainability dimension in the market. The data that are made available in the website of the ANS, of the OPS with active registration, of the period from 2012 to 2016. In Brazil, the OPS is regulated by ANS, a body linked to the Ministry of Health, which in 2016 had a financial operation of approximately 162 billion reais, with a number of beneficiaries representing approximately 25% of the Brazilian population. The ANS instituted the Operator Qualification Program, which uses the index of the sustainability indicator in the market, in which the results are calculated from an index basket. Managers can manage accounting information by incentives, which in this case may not show signs of administrative abnormality, have results in indicator indices that meet the requirements of the Qualification Program, is better ranked in the IDSS, since it is a tool which consumers can use to subsidize hiring or plan change decisions. The metric used in this research to detect earnings management by discretionary accumulations was the Modified Jones model. The results evidenced that the managers of the OPS manage the accounting results by incentive of not reporting low index in the indicator of the sustainability dimension in the market.

Keywords: Earnings management. Discretionary accumulations. Sustainability in the market. Modified Jones model.

LISTA DE SIGLAS

ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
DA - Acumulações discricionárias
DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa
GAT - Grau de Alavancagem Total
IAG – Indicador de Suficiência de Garantidores Vinculados
IDEF - Indicador Dimensão Econômico-Financeira
IDF – Indicador de Disponibilidade Financeira
IDSM - Indicador Dimensão Sustentabilidade no Mercado
IDSS - Índice de Desempenho de Saúde Suplementar
IESS - Instituto de Estudos de Saúde Suplementar
ILC – Indicador de Liquidez Corrente
IPEONA – Indicador de Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados
IPL – Indicador de Patrimônio Líquido
IRP – Indicador de Recursos Próprios
KS - Kang e Sivaramakrishnan
MQO - Mínimos Quadrados Ordinários
NDA - Acumulações não discricionárias
NIP – Notificação de Intermediação Preliminar
OPS - Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde
PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados
PL - Patrimônio Líquido
RDC - Resolução de Diretoria Colegiada
RN - Resolução Normativa
ROA - Retorno sobre Ativos
RVE – Reparação Voluntária Eficaz
SBDC - Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência
TA - Acumulações totais
TF – Taxa de Fiscalização
TR – Taxa de Resolução de Notificação de Intermediação Preliminar

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição da Amostra	25
Tabela 2 – Ajuste de Dados	30
Tabela 3 – Estatística Descritiva Modelo Jones Modificado.....	30
Tabela 4 – Coeficientes Modelo Jones Modificado	31
Tabela 5 – Ajuste de Dados IDSM	32
Tabela 6 – Estatística Descritiva Modelo Regressão Proposto	32
Tabela 7 – Correlação das Variáveis do Modelo Regressão Proposto	33
Tabela 8 – Estatística Descritiva por Faixa de Qualificação.....	34
Tabela 9 – Estatística Descritiva por Modalidade de DA.....	36
Tabela 10 – Coeficiente Modelo de Regressão Proposto	36
Tabela 11 – Coeficiente Efeito Fixo ajustado por modalidade de DA.....	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 REGULAÇÃO ECONÔMICA	12
2.2 ANS ÓRGÃO REGULADOR DA SAÚDE SUPLEMENTAR	13
2.3 PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DAS OPS	15
2.3.1 Indicador Dimensão Econômico-Financeira	16
2.3.1.1 Indicador de Patrimônio Líquido	17
2.3.1.2 Indicador de Liquidez Corrente	17
2.3.1.3 Indicador de Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	18
2.3.1.4 Indicador de Suficiência de Ativos Garantidores Vinculados	18
2.3.2 Indicador Dimensão Sustentabilidade no Mercado	19
2.3.2.1 Indicador de Recursos Próprios	19
2.3.2.2 Indicador de Disponibilidade Financeira	20
2.3.2.3 Taxa de Fiscalização	20
2.3.2.4 Taxa de Resolutividade	21
2.4 GERENCIAMENTO DE RESULTADO CONTÁBIL	21
3 METODOLOGIA	24
3.1 COLETA DE DADOS	24
3.2 MODELO DETECÇÃO DE GERENCIAMENTO DE RESULTADOS	25
3.3 MODELO PROPOSTO	27
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	30
4.1 MODELO JONES MODIFICADO	30
4.2 RESULTADOS DO MODELO PROPOSTO	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (OPS) são reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão vinculado ao Ministério da Saúde, instituído pela Lei nº 9.961/2000, visando à regulação, normatização, controle e fiscalização dessas atividades (CARDOSO, 2005; GUIMARÃES e ALVES, 2009). A ANS instituiu o Programa de Qualificação de Operadoras, e as avaliações são realizadas por meio do Índice de Desempenho de Saúde Suplementar (IDSS). Os indicadores estão agregados em quatro dimensões: qualidade em atenção à saúde, garantia de acesso, sustentabilidade no mercado e gestão de processos e regulação, que tem como base a avaliação e o estímulo à qualidade do setor, segundo a ANS.

Para a ANS, a dimensão econômico-financeira (IDEF) e a dimensão sustentabilidade no mercado (IDSM), que a sucedeu após reformulação do Programa de Qualificação em 2015, consistem no monitoramento da sustentabilidade das OPS, por intermédio do equilíbrio econômico-financeiro e da capacidade de manter-se em dia com as obrigações. Os resultados são calculados a partir de uma cesta de índice, sendo: indicador do patrimônio líquido, indicador de liquidez corrente, indicador de provisão de eventos ocorridos e não avisados, indicador de suficiência de ativos garantidores vinculados, recursos próprios, disponibilidade financeira, taxa de fiscalização e taxa de resolutividade de notificação de intermediação preliminar.

As práticas contábeis envolvem escolhas, tais como a identificação do fenômeno, mensuração de seus efeitos no patrimônio, classificação, reconhecimento contábil, sumarização e evidenciação da situação patrimonial e financeira (MARTINEZ, 2001). A evidenciação contábil pode ser obtida mediante decisões contábeis e decisões operacionais (MARTINEZ e CARDOSO, 2009). O gerenciamento da informação contábil, segundo Cardoso (2005), ocorre quando os gestores utilizam critérios discricionários para alterar as demonstrações sobre o efeito econômico da entidade. Martinez (2001) apontou para evidências de gerenciamento de resultados contábeis para evitar reportar perdas, sustentar o desempenho recente e reduzir a variabilidade dos resultados, e no contexto de assimetria de informações há o inevitável risco de os resultados reportados pela gestão não serem apresentados nos moldes esperados.

A ANS, como agente regulador, busca com o Programa de Qualificação estímulo à qualidade, comparabilidade e concorrência no setor, apresentar o desempenho global das OPS, aumentar a transparência e permitir melhores escolhas por parte dos beneficiários (ANS, 2017). Pinheiros *et al* (2015) relataram que as promulgações das Resoluções da ANS relativas aos aspectos econômico-financeiro forçaram as OPS a uma gestão mais eficiente.

Por outro lado, os gestores podem gerenciar a informação contábil por incentivos (DECHOW *et al*, 2010), os quais, nesse caso, podem ser: não apresentar indícios de anormalidade administrativa; ter índices dos indicadores patrimônio líquido, liquidez, provisão de eventos ocorridos e não avisados, suficiência de ativos garantidores vinculados, recursos próprios e disponibilidade financeira que atendam aos requisitos do Programa de Qualificação; ficar mais bem ranqueada no IDSS, por ser uma ferramenta de avaliação, a qual os consumidores podem usar para

subsidiar decisões de contratação ou troca de planos. Desta forma, esta pesquisa busca responder à seguinte questão: **As OPS gerenciam os resultados contábeis para não reportar baixo índice no indicador da dimensão sustentabilidade no mercado?**

O objetivo, portanto, é verificar se as OPS gerenciam os resultados contábeis, por meio das acumulações discricionárias, para não reportar baixo índice no indicador da dimensão sustentabilidade no mercado.

Estudo feito por Cardoso (2005) procurou verificar impactos da regulação dos planos de saúde nos incentivos à escolha de práticas contábeis, com dados de 2001 a 2003; Guimarães e Alves (2009) testaram modelo de previsão para estimativa de probabilidade de insolvência; Ferreira *et al* (2011) verificaram se a auditoria externa minimiza a propensão para o gerenciamento das informações contábeis; Sancovski *et al* (2014) examinaram as relações existentes entre as classificações das OPS no IDSS e a probabilidade de terem sido submetidas a regimes especiais; Pinheiros *et al* (2015) analisaram o comportamento das estratégias de financiamento; porém apontaram a necessidade de análises mais abrangentes das OPS.

Esta pesquisa visa ampliar a literatura de estudos voltados para o mercado de saúde suplementar no Brasil, que, segundo a ANS, em 2016 teve movimentação financeira de aproximadamente 162 bilhões de reais, com número de beneficiários que representa aproximadamente 25% da população brasileira; verificar sobre o gerenciamento de resultados contábeis neste setor; levantar discussão sobre a manipulação da informação contábil; gerar informações para os agentes que possibilitem contribuir para o aperfeiçoamento das ferramentas de monitoramento das OPS.

Os dados utilizados são os disponibilizados no Portal da ANS, das OPS com registro ativo, do período de 2012 a 2016, e foram analisadas 1253 OPS, perfazendo o montante de 5072 observações. Para a definição do tamanho da amostra foram utilizados todos os dados das OPS que enviaram as informações para a ANS no período analisado, e foram tratados usando as ferramentas disponíveis no Excel® e Stata®.

Esta pesquisa, além da Introdução, conta com o Capítulo 2, o qual apresenta a seguinte estrutura: a regulação econômica como sustentabilidade econômica e social, a ANS, órgão regulador da Saúde Suplementar no Brasil e as práticas e informações contábeis como instrumento de comparabilidade, fontes de informações e desempenho desse setor, o programa de qualificação das ANS, e o gerenciamento de resultado contábil por meio de acumulações discricionárias. No Capítulo 3, a descrição dos métodos, abordagem, amostra, tipo de pesquisa, objetivos, dados, universo, campo e amostra da pesquisa. O Capítulo 4 apresenta a análise dos resultados do modelo Jones Modificado e do modelo de regressão proposto. Por fim, o Capítulo 5, com as considerações finais e sugestões para futuras pesquisas.

Capítulo 2

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 REGULAÇÃO ECONÔMICA

A regulação constitui um conjunto de regras as quais visam assegurar que os desempenhos de agentes privados atendam a critérios globais de sustentabilidade econômica e social, com a finalidade de proteger o interesse público (SILVA JR. *et al*, 2000; PINHEIROS *et al*, 2015). Cardoso (2005) contextualiza que alguns mercados são caracterizados por um número reduzido de empresas, que alguns serviços são operados por monopólio, que os consumidores não têm todas as informações, que inclui a assimetria de informação da situação econômico-financeira, e ressalta, ainda, ser competência do Estado atuar para minimizar essas falhas do mercado.

A partir de análises das diferentes estruturas de mercado, Campos e Camacho (2014) perceberam a existência de algumas formas de ineficiências as quais geram custo social, tornando necessário políticas públicas para promover melhor eficiência e regulação para evitar falhas e universalizar produtos e serviços.

Neste contexto, no Brasil foram criadas agências executivas que incluem aquelas em áreas de intenso interesse social, com a vigilância sanitária e a saúde suplementar. Segundo Pinheiros *et al* (2015), o setor de saúde suplementar apresenta alto risco, uma vez que não é possível saber antecipadamente os gastos futuros que incorrerão para prestar os serviços, mesmo que, no presente, as OPS apresentem ciclo financeiro positivo, com recebimento antecipado das mensalidades.

2.2 ANS ÓRGÃO REGULADOR DA SAÚDE SUPLEMENTAR

O Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS) detalha o funcionamento da saúde suplementar dentro de uma cadeia produtiva, cujo processo se inicia na indústria de consumo, passando pelos distribuidores, os prestadores de assistência à Saúde e, por fim, os beneficiários dos Planos de Saúde que pagam pelos serviços usufruídos por meio das mensalidades dos planos contratados. A cadeia do sistema de saúde suplementar no Brasil é regulada por três órgãos: a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) – responsável pela regulação sanitária e econômica do mercado de compra e venda de insumos hospitalares; a ANS – a quem cabe regular o fluxo financeiro e de serviços entre operadoras, beneficiários e prestadores; e o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) – o qual busca garantir a competitividade no setor (IESS, 2016).

A ANS é a agência reguladora vinculada ao Ministério da Saúde, a qual tem como características fundamentais o poder normativo, independência decisória, autonomia administrativa e autonomia financeira, e é a responsável pelas OPS (CARDOSO, 2005). Segundo o IESS (2016), as OPS são as pessoas jurídicas, obrigatoriamente registradas na ANS, que operam ou comercializam planos privados de assistência à saúde e são classificadas em modalidades, nos segmentos médico-hospitalares e odontológicos. Cardoso (2005) destaca que algumas OPS podem estar sujeitas a mais de uma regulação e cita como exemplo o caso das entidades fechadas de previdência complementar, as quais têm a atividade principal regulada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar, atendendo inclusive aos padrões contábeis estabelecidos por ela.

Para Salvatori e Ventura (2012), as Agências Reguladoras exercem funções típicas dos três poderes, fiscalizam atividades e direitos econômicos, publicam normas e procedimentos com força legal e impõem sanções aos regulados. O poder normativo, das Agências Reguladoras, é oriundo da atividade regulatória, que no cumprimento legal de editar regras o faz por meio de normativos setoriais (SALVATORI e VENTURA, 2012).

Neste intuito, a ANS publicou resoluções tais como: a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 38/2000, que instituiu o Plano de Contas Padrão aplicável às OPS; a Resolução Normativa (RN) nº 307/2012, que dispõe sobre os procedimentos de adequação econômico-financeira das OPS; a RN nº 256/2011, que institui o Plano de Recuperação, que segundo a ANS, visa promover ações corretivas a práticas que constituem risco à qualidade ou à continuidade do atendimento à saúde dos beneficiários; e as RN's nº 191/2009 e nº 209/2009, as quais instituíram as Provisões e as Garantias Financeiras, respectivamente.

Para Cardoso (2005), a padronização das práticas contábeis adotadas permitiu a comparabilidade entre OPS no mercado, estabelecendo parâmetros contábeis que uniformizassem as práticas contábeis e permitissem evidenciar a situação econômica e financeira das OPS. As informações contábil-financeiras são fontes para extrair informações a respeito da posição econômico-financeira, evoluções e as tendências futuras (ASSAF, 2010 p. 35). Galdi e Soares (2011) destacam que a análise financeira é uma importante ferramenta para a mensuração do desempenho econômico, especialmente quanto às metas e aos propósitos previamente determinados.

Dentre as competências legais, instituídas pela Lei nº 9.961/2000, cabe à ANS: propor políticas e diretrizes gerais para a regulação do setor; estabelecer

normas, rotinas e procedimentos para registro, autorização, manutenção e cancelamento de registro dos planos (produtos) das OPS; expedir normas e padrões para o envio de informações de natureza econômico-financeira pelas OPS; e estabelecer parâmetros e indicadores de qualidade e de cobertura em assistência à saúde para os serviços próprios e de terceiros oferecidos pelas OPS (ANS, 2017).

2.3 PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DAS OPS

O Programa de Qualificação das OPS iniciou em 2004 e foi reestruturado em 2015, com o objetivo de promover melhorias de acordo com as novas regras e práticas do setor (ANS, 2017). A Avaliação é por meio do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS), calculado por indicadores agregados em quatro dimensões: a qualidade em atenção à saúde, garantia de acesso, sustentabilidade no mercado e gestão de processos e regulação. O IDSS varia de 0 a 1, com as faixas de avaliação da Figura 1:

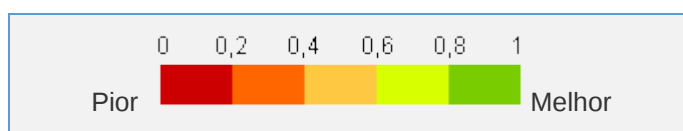


Figura 1: Faixas de Notas de Avaliação
Fonte: Portal ANS

Segundo a ANS, o Programa de Qualificação permite avaliar o aprimoramento das OPS, estimulando a concorrência e beneficiando o consumidor. Com o objeto de promover a melhoria contínua do Programa de Qualificação, a ANS informa que busca tornar as dimensões mais próximas da realidade alterando, sempre que necessário, a metodologia de avaliação do IDSS.

A dimensão que busca avaliar o equilíbrio econômico-financeiro e da capacidade de manter-se em dia com as obrigações das OPS evoluiu conforme Quadro 1.

Ano	Sigla	Descrição
2012	IDEF	Indicadores da Dimensão Econômico-financeira
2013	IDEF	Indicadores da Dimensão Econômico-financeira
2014	IDEF	Indicadores da Dimensão Econômico-financeira
2015	IDSM	Indicadores da Dimensão Sustentabilidade no Mercado
2016	IDSM	Indicadores da Dimensão Sustentabilidade no Mercado

Quadro 1: Evolução da Dimensão Econômico-Financeira

Fonte: Portal da ANS

2.3.1 Indicador Dimensão Econômico-Financeira

A dimensão econômico-financeira (IDEF), segundo a ANS, consiste na avaliação da situação econômico-financeira das OPS diante da manutenção dos contratos assinados de acordo com a legislação vigente, tendo como objetivo avaliar a situação econômico-financeira das Operadoras e tem como método de cálculo a Equação 1:

$$IDEF = \frac{(2IPL + ILC + IPEONA + 2IAG)}{6}$$

Equação (1)

Em que: IPL = Indicador de Patrimônio Líquido; ILC = Indicador de Liquidez Corrente; IPEONA = Indicador de Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados; IAG = Indicador de Suficiência de Ativos Garantidores Vinculados.

2.3.1.1 Indicador de Patrimônio Líquido

Para a ANS, o IPL corresponde à suficiência de Patrimônio Líquido Ajustado para cobertura de 100% da Margem de Solvência, conforme cálculo da Equação 2:

$$IPL = \frac{\text{Patrimônio Líquido Ajustado}}{\text{Margem de Solvência}}$$

Equação (2)

A RN nº 209/2009 dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos, na qual são considerados os limites do Patrimônio Líquido Ajustado por efeito econômico, e constituição de Previsões Técnicas a serem observadas pelas OPS.

O Patrimônio Mínimo Ajustado representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido ajustado por efeito econômico, o qual é calculado com base na multiplicação de fator por capital base disponibilizado pela ANS.

A ANS informa que a solvência é a capacidade de as OPS honrarem os compromissos com os beneficiários e prestadores de serviços. A Margem de Solvência, para a ANS, corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado para cobrir limites estabelecidos na RN nº 209/2009.

2.3.1.2 Indicador de Liquidez Corrente

Para a ANS, o ILC representa o quanto existe de ativo circulante, que são aplicações no curto prazo de recursos, para cada unidade monetária de dívida em curto prazo das OPS. Destacam também que quanto maior o ILC mais alta a capacidade para honrar os compromissos no curto prazo, tendo como cálculo a Equação 3:

$$ILC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

Equação (3)

2.3.1.3 Indicador de Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados

O Indicador da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (IPEONA), segundo a ANS, diz respeito à contabilização adequada da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), sendo a provisão estimada atuarialmente dos eventos ocorridos e não registrado contabilmente, que não tenham sido avisados à OPS.

A ANS pontua o IPEONA, conforme Equação 4, e as que se enquadram no artigo 6º, da RN nº 227/2010, não são avaliadas nesse indicador.

$$IPEONA = \begin{cases} 0, & \text{se a contabilização da PEONA estiver insuficiente no 4º trim} \\ 1, & \text{se a contabilização da PEONA estiver suficiente no 4º trim} \end{cases}$$

Equação (4)

2.3.1.4 Indicador de Suficiência de Ativos Garantidores Vinculados

A RN nº 419/2016, da ANS, define como Ativo Garantidores os bens imóveis ou títulos ou valores mobiliários de titularidade das OPS, em todos os casos, que lastreiam as provisões técnicas, e os Ativos Garantidores vinculados à parte dos ativos garantidores que está vinculada à ANS, cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia.

Segundo a ANS, o IAG avalia a suficiência de ativos garantidores de cada OPS, sendo divididos em dois grupos: as OPS que se enquadram no artigo 6ºA, da RN nº 227/2010, conforme Equação 5; e as demais, na Equação 6.

$$IAG = \begin{cases} 0, & \text{se estiver insuficiente em lastro no 4º trim} \\ 1, & \text{se estiver em lastro no 4º trim} \end{cases}$$

Equação (5)

$$IAG = \begin{cases} 0,25, & \text{se estiver suficiente em vínculos no 1º trim} \\ 0,25, & \text{se estiver suficiente em vínculos no 2º trim} \\ 0,25, & \text{se estiver suficiente em vínculos no 3º trim} \\ 0,25, & \text{se estiver suficiente em vínculos no 4º trim} \end{cases}$$

Equação (6)

2.3.2 Indicador Dimensão Sustentabilidade no Mercado

A dimensão sustentabilidade no mercado (IDSM), que sucedeu o IDEF após reformulação do Programa de Qualificação em 2015, consiste no monitoramento da sustentabilidade das OPS, por intermédio do equilíbrio econômico-financeiro e da capacidade de manter-se em dia com as obrigações, e tem como método de cálculo a Equação 7:

$$IDSM = \frac{IRP \times P_{IRP} + IDF \times P_{IDF} + TF \times P_{TF} + TR \times P_{TR}}{P_{IRP} + P_{IDF} + P_{TF} + P_{TR}}$$

Equação (7)

Em que: IRP = Indicador de Recursos Próprios; IDF = Indicador de Disponibilidade Financeira; TF = Taxa de Fiscalização; TR = Taxa de Resolução de Notificação de Intermediação Preliminar; P = Peso do Indicador.

2.3.2.1 Indicador de Recursos Próprios

Para a ANS, o IRP propõe refletir a capacidade da OPS em honrar os compromissos em longo prazo a partir do patrimônio, conforme método de cálculo da Equação 8:

$$IRP = \frac{\text{Patrimônio Líquido Ajustado}}{\text{Margem de Solvência}}$$

Equação (8)

A ANS informa que sendo identificadas inconsistências na contabilidade da OPS, o IRP não é calculado e é atribuída pontuação zero.

2.3.2.2 Indicador de Disponibilidade Financeira

Para a ANS, o IDF propõe refletir a capacidade de as OPS honrarem os compromissos no curto prazo, sendo calculado conforme Equação 9:

$$IDF = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Equação (9)

A ANS detalha que para o cálculo do IDF é realizada a comparação do total dos ativos financeiros disponíveis, acrescidos dos ativos registrados como judiciais de eventos e o total exigido de provisões técnicas.

2.3.2.3 Taxa de Fiscalização

A TF é a taxa estimada para cada OPS, por meio do número de demandas assistenciais ou não assistenciais, ponderada pelo peso, para cada 10.000 beneficiários, calculada conforme Equação 10 (ANS, 2017):

$$TF = \frac{1,0 \times NR^A + 0,5 \times NR^{N-A} + 0,25 \times RVE^A + 0,25 \times RVE^{N-A}}{2 \times Med_Ben} \times 10.000$$

Equação (10)

Em que: NR^A = Total de demanda NIP Assistencial das OPS não resolvida no período analisado; NR^{N-A} = Total de demanda NIP Não Assistencial das OPS não

resolvida no período analisado; RVE^A = Total de demanda NIP Assistencial das OPS classificadas como RVE; RVE^{N-A} = Total de demanda NIP Não Assistencial das OPS classificadas como RVE; Med_Ben = Média de beneficiários das OPS nos doze meses de análise; NIP = Notificação de Intermediação Preliminar; RVE = Reparação Voluntária Eficaz.

2.3.2.4 Taxa de Resolutividade

Segundo a ANS, a TR permite avaliar a efetividade dos esforços de mediação ativa de conflitos, e o indicador mede a capacidade de resolução das demandas assistenciais objetos de procedimento de Notificação de Intermediação Preliminar (NIP), sem a necessidade de abertura de processo administrativo, calculado conforme Equação 11:

$$TF = \frac{Tt \text{ da demanda NIP classificadas como: RVE, Inativa, NP}}{Tt \text{ de demandas NIP assistenciais classificadas}} \times 100$$

Equação (11)

Em que: NIP = Notificação de Intermediação Preliminar; NP = Demanda não procedentes.

2.4 GERENCIAMENTO DE RESULTADO CONTÁBIL

Martinez e Cardoso (2009), combinando definições, entenderam o gerenciamento da informação contábil como escolhas de práticas contábeis e tomadas de decisões com o propósito de elaborar relatórios e divulgar números contábeis diferentes dos que seriam elaborados e divulgados sem a adoção de tais práticas. Cardoso (2005) descreve que o gerenciamento da informação contábil ocorre quando os gestores utilizam critérios discricionários para alterar as

demonstrações e enganar alguns usuários sobre o efeito do desempenho econômico da entidade.

Healy e Wahlen (1999) definem o gerenciamento de resultados como artifícios dos gestores ao usarem de julgamentos nos relatórios financeiros e estruturação das transações para enganar partes interessadas sobre o desempenho da empresa ou influenciar os resultados contratuais que dependem desses dados.

Conforme Martinez (2013), o conceito de gerenciamento de resultados, para a maioria dos estudos científicos, ocorre quando os administradores usam de julgamento na divulgação de informações e na estrutura de transações para modificar os demonstrativos financeiros, classificando-o em três tipos: *target earnings*, para melhorar ou piorar os resultados contábeis para alcançar metas estabelecidas; *income smoothing*, visa à redução da variabilidade de resultados; e o *take bath accounting*, a fim de se reduzirem os resultados contábeis para aumentar os futuros.

Consoante Dechow *et al* (2012), o gerenciamento de resultados é uma questão contábil importante tanto para os acadêmicos quanto para os profissionais. Destacam também que muitas pesquisas examinam as causas e consequências dessa prática e têm como limitação as técnicas existentes. Dechow e Skinner (2000) relatam que o gerenciamento de resultados tem abordagens diferentes pelos acadêmicos — os quais fazem declarações gerais examinando amostras de empresas — e pelos profissionais e reguladores —, que observam casos reais porque seus objetivos são diferentes dos apresentados pelos acadêmicos, e cada grupo pode se beneficiar repensando suas opiniões.

As pesquisas acadêmicas sobre gerenciamento de resultados no Brasil têm fundamentalmente usado métodos baseados em modelos estatísticos (MARTINEZ,

2013), a saber: modelos de detecção de *accruals* discricionários, o modelo Jones Modificado e o modelo proposto por Kang e Sivaramakrishnan (KS) — os mais populares para detectar o gerenciamento de resultados por *accruals* —; modelos de detecção de gerenciamento por decisões operacionais; distribuição de lucros; *specific accruals*; *income smoothing*; *accruals* do capital de giro anormal.

Diante do arcabouço teórico apresentado, esta pesquisa propõe investigar a seguinte hipótese: **H₁ – Os gestores das OPS gerenciam os resultados contábeis por incentivo de não reportar baixo índice no indicador da dimensão sustentabilidade no mercado.**

Capítulo 3

3 METODOLOGIA

3.1 COLETA DE DADOS

Segundo Lakato e Marconi (2003, p. 97), toda observação é precedida por hipótese, portanto na presente pesquisa foi utilizado o método hipotético dedutivo, e se definiu a hipótese de gerenciamento de resultado contábil, por parte dos gestores das OPS, para não reportar baixo índice no indicador da dimensão sustentabilidade no mercado. O estudo foi empírico, por meio da coleta dos dados reais. Quanto ao objetivo, foi descritiva, demonstrando os dados da amostra; e explicativa, com a utilização de dados secundários do Portal da ANS.

As OPS enviam trimestralmente as informações contábil-financeiras para a ANS. Essa base foi utilizada com as informações do 4º trimestre de cada ano, sendo os dados secundários. Foram utilizados dados do período de 2012 a 2016, com corte longitudinal, pegando a informação ao longo do tempo. As análises dos dados da pesquisa foram com abordagem quantitativa, examinando a relação entre as variáveis. O universo foram as OPS com inscrição ativa na ANS.

O campo de estudo abrange as OPS, que, segundo a ANS, em 2016 tiveram movimentação financeira de aproximadamente 162 bilhões de reais, com número de beneficiários os quais representam aproximadamente 25% da população brasileira, nos planos privados de assistência médica e exclusivamente odontológicos. A composição da amostra foram as OPS inscritas na ANS, conforme Tabela 1.

TABELA 1: COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA

Painel A: Composição da amostra		
Número de empresas investigadas	1253	
Número de anos investigados	5	
Número de observações (firma-ano)	5072	
Média de observações por empresa	4,05	
Painel B: Composição da amostra por ano		
Ano	Número de Observações	%
2012	1039	20%
2013	980	19%
2014	999	20%
2015	1027	20%
2016	1027	20%
Total	5072	100%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Foram analisadas 1253 OPS no período de 2012 a 2016, perfazendo o montante de 5072 observações, com uma média de 4,05 observações por empresas, conforme Painel A, da Tabela 1. A distribuição da amostra, por ano, é relativamente homogênea, portanto o viés nos resultados por uma amostra não homogênea foi controlado, como demonstrado no Painel B, da Tabela 1 (FERREIRA *et al*, 2012).

3.2 MODELO DETECÇÃO DE GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

Segundo Martinez (2013), a maioria dos estudos empíricos brasileiros utilizam os modelos de detecção baseados nas acumulações discricionárias. Desta forma, o modelo para detecção de gerenciamento de resultados, por acumulações discricionárias utilizado nesta pesquisa foi o modelo Jones Modificado (DECHOW *et al*, 1995), devido à popularidade e à ampla utilização nas pesquisas acadêmicas (ALMEIDA, 2006; COSTA *et al*, 2011; MARTINEZ, 2013).

A ANS não disponibiliza a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) das OPS, portanto as acumulações totais (TA_{it}) foram estimadas pelo Balanço, que é dada pela Equação (12) (DECHOW *et al*, 1995; PAULO, 2007; MARTINEZ, 2013):

$$TA_{it} = [(\Delta AC_{it} - \Delta Disp_{it}) - (\Delta PC_{it} - \Delta Div_{it}) - Depr_{it}] / A_{it-1} \quad \text{Equação (12)}$$

Em que: ΔAC_{it} = variação do ativo corrente da empresa i no final do período t-1 para o final do período t; $\Delta Disp_{it}$ = variação das disponibilidades da empresa i no final do período t-1 para o final do período t; ΔPC_{it} = variação do passivo corrente da empresa i no final do período t-1 para o final do período t; ΔDiv_{it} = variação dos financiamentos e empréstimos de curto prazo da empresa i no final do período t-1 para o final do período t; $Depr_{it}$ = montante das despesas com depreciação e amortização da empresa i durante o período t; A_{it-1} = ativo total da firma i no ano t-1.

Para calcular as acumulações não discricionárias, utilizamos coeficientes e as variáveis da Equação (13):

$$NDA_{it} = \alpha_i [1/A_{it-1}] + \beta_{1i} [\Delta REV_{it} - \Delta REC_{it}] + \beta_{2i} [PPE_{it}] \quad \text{Equação (13)}$$

Em que: NDA_{it} = acumulações não discricionárias da firma i no ano t; A_{it-1} = ativo total da firma i no ano t-1; ΔREV_{it} = variação receita bruta da firma i entre os anos t e t-1, ponderados pelos ativos totais no final do período t-1; ΔREC_{it} = variação das contas a receber da firma i entre os anos t e t-1, ponderados pelos ativos totais no final do período t-1; PPE_{it} = imobilizado e intangível da firma i no ano t-1, ponderados pelos ativos totais no final do período t-1.

Os coeficientes α_i , β_{1i} e β_{2i} , da Equação (13) são estimados pela regressão da Equação (14):

$$TA_{it}/A_{it-1} = \alpha_i [1/A_{it-1}] + \beta_{1i} [\Delta REV_{it}] + \beta_{2i} [PPE_{it}] + \varepsilon_{it} \quad \text{Equação (14)}$$

Para Dechow *et al* (1995), as acumulações discricionárias (DA) são estimadas subtraindo as acumulações não discricionárias (NDA) das acumulações totais (TA), descritas na Equação (15):

$$DA = TA - NDA \quad \text{Equação (15)}$$

Paulo (2007) destaca que, com a inclusão da variável ΔREC_{it} no modelo Jones Modificado, as acumulações discricionárias não são mais encontradas pelos resíduos da Equação (14).

3.3 MODELO PROPOSTO

Para verificar se o comportamento do índice do indicador da dimensão sustentabilidade no mercado (IDSM) e da dimensão econômico-financeira (IDEF) está relacionado com as acumulações discricionárias (DA), foi utilizada a métrica da Equação (16):

$$IDSM_{it} = \alpha + \beta_1 DA_{it} + \beta_2 SIZE_{it} + \beta_3 GAT_{it} + \beta_4 ROA_{it} + \beta_5 ENDIV_{it} + \varepsilon_{it} \quad \text{Equação (16)}$$

Em que: $IDSM_{it}$ = Indicadores da Dimensão Sustentabilidade de Mercado (IDSM) e da Dimensão econômico-financeira (IDEF); DA_{it} = acumulações discricionárias da firma *i* no ano *t*; $SIZE_{it}$ = logaritmo natural do Ativo Total da firma *i* no ano *t*; GAT_{it} = Grau de Alavancagem Total da firma *i* no ano *t*; ROA_{it} = Retorno sobre o Ativo da firma *i* no ano *t*; $ENDIV_{it}$ = Endividamento da firma *i* no ano *t*; ε_{it} = resíduo da regressão para a firma *i* no ano *t*.

Os principais indicadores utilizados na apuração do IDSM e IDEF foram calculados, pela ANS, conforme Quadro 2:

Indicadores	Fórmulas
Patrimônio Líquido Ajustado por margem de solvência	Patrimônio Líquido Ajustado / Margem de Solvência
Liquidez Corrente	Ativo Circulante / Passivo Circulante
Suficiência em ativos garantidores vinculados	0, se estiver insuficiente em lastro; 1, se estiver suficiente em lastro
Recursos Próprios	Patrimônio Líquido Ajustado / Margem de Solvência
Disponibilidade Financeira	Ativos Financeiros / Provisões

Quadro 2: Fórmulas dos principais Indicadores IDEF/IDSM

Fonte: Portal da ANS

As variáveis de controle utilizadas são o tamanho, grau de alavancagem total, retorno do ativo e endividamento, que foram calculadas conforme Quadro 3:

Variável	Sigla	Fórmula	Referências
Tamanho	SIZE	Logaritmo natural do Ativo Total	Watts e Zimmerman (1990); Dechow e Dichev (2002)
Grau de Alavancagem Total	GAT	$\Delta \% \text{ Lucro Líquido} / \Delta \% \text{ Receita}$	Morsfield e Tan (2006)
Retorno do Ativo	ROA	Lucro Líquido / Ativo Total	Kothari et al (2005); Joia e Nakao (2014)
Endividamento	ENDIV	Passivo Oneroso / Ativo Total	Watts e Zimmerman (1990); Joia e Nakao (2014)

Quadro 3: Variáveis de Controle

Fonte: Dados da Pesquisa

Para Watts e Zimmerman (1990), as grandes empresas têm maior probabilidade de usar escolhas contábeis que reduzem os lucros reportados. Paulo (2007) destaca que grandes corporações têm utilizado informações contábeis para má conduta e fraudes. Dechow e Dichev (2002) utilizam o logaritmo do ativo total como medida de tamanho, na relação entre *accrual quality* e as características das empresas.

Segundo Morsfield e Tan (2006), empresas altamente alavancadas enfrentam alto risco financeiro ou de falência e podem gerenciar os resultados, e conforme Forti et al (2015), empresas que investem mais em ativos imobilizados possuem maior alavancagem e maior risco.

Joia e Nakao (2014) consideram que os ativos são os benefícios econômicos futuros da companhia e utilizam o ROA como medida de performance. Para Kothari *et al* (2005), os testes que utilizam medidas de acréscimos discricionários adequados ao desempenho são bem especificados e exibem poder substancial.

No entender de Watts e Zimmerman (1990), em empresas com índice de endividamento mais alto os gestores tendem a utilizar métodos de aumento de resultados.

Capítulo 4

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este Capítulo apresenta a descrição e análise de dados do modelo Jones Modificado e do modelo de regressão proposto. Foram excluídas as OPS que não enviaram para a ANS as informações contábeis defasadas (t-1), e as que apresentaram o Patrimônio Líquido (PL) negativo, conforme Tabela 2.

TABELA 2: AJUSTE DE DADOS

Informações	Nº OPS	Exclusões		Nº OPS Ajustada
		Ajuste (t-1)	PL<0	
2012	1158	19	100	1039
2013	1144	79	85	980
2014	1156	85	72	999
2015	1178	82	69	1027
2016	1160	47	86	1027
Total	5796	312	412	5072

Fonte: Dados da Pesquisa.

4.1 MODELO JONES MODIFICADO

A Tabela 3 apresenta a estatística descritiva das variáveis sugeridas do modelo Jones Modificado.

TABELA 3: ESTATÍSTICA DESCRITIVA MODELO JONES MODIFICADO

Variáveis	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
TA_{it}	5072	-0,0356	0,9251	-17,4538	29,8946
$1/A_{it-1}$	5072	0,0000	0,0000	0,0000	0,0008
ΔREV_{it}	5072	0,7645	7,9760	-7,1839	408,2076
ΔREC_{it}	5072	0,0430	0,8578	-0,9731	40,0048
PPE_{it}	5072	0,2030	0,2107	0,0000	0,9998

Obs: As variáveis apresentadas não seguem distribuição normal nos testes de Jarque-Bera e Kolmogorov-Smirnov.

Fonte: Dados da Pesquisa.

As variáveis da Tabela 3, do modelo Jones Modificado, de acordo com os testes de Jarque-Bera e Kolmogorov-Smirnov, não seguem distribuição normal ao nível de significância de 0,01. Para Hoffmann (2016, p. 47), com base no teorema do limite central, um grande número de variáveis aleatórias independentes tem distribuição aproximadamente normal, quando nenhuma delas seja dominante, portanto os estimadores do método Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) satisfazem a normalidade assintótica.

Para Paulo (2007), as estimações dos coeficientes para cálculo das acumulações discricionárias, por meio de séries temporais, necessitam de um amplo período de tempo dos dados. Portanto, a regressão para estimar os coeficientes do modelo Jones Modificado foi realizada com abordagem *cross-sectional*.

Os coeficientes estimados pela regressão da Equação (14) estão apresentados na Tabela 4. A constante e as variáveis $1/A_{it-1}$ e ΔREV_{it} apresentaram significância estatística ao nível de 0,01. Foi aplicado o fator de inflação de variação na regressão do modelo Jones Modificado, que não apresentou multicolinearidade.

TABELA 4: COEFICIENTES MODELO JONES MODIFICADO

Variáveis	Jones Modificado			
	Coeficientes	Desvio Padrão	Estatística-t	Valor-p
Constante	-0,0528	0,0176	-3,0000	0,0030
$1/A_{it-1}$	14825,3500	778,6975	19,0400	0,0000
ΔREV_{it}	-0,0043	0,0016	-2,6900	0,0070
PPE_{it}	-0,0789	0,0596	-1,3200	0,1860
R^2	0,0671			
$R^2_{ajustado}$	0,0666			
Observações	5072			
F-statistic	121,5500			
Prob (F-statistic)	0,0000			

Fonte: Dados da Pesquisa.

4.2 RESULTADOS DO MODELO PROPOSTO

Foram excluídos os *outliers* identificados e as OPS que não constam informações no IDSM e do IDEF, no período de 2012 a 2016, conforme demonstrado na Tabela 5. Observa-se que 717 das OPS não dispõem das informações do IDSM e do IDEF, as quais correspondem a 14,14% da amostra.

TABELA 5: AJUSTE DE DADOS IDSM

Informações	Nº OPS	Exclusões		Nº OPS Ajustada
		Sem IDSM	Outliers	
2012	1039	130	0	909
2013	980	108	0	872
2014	999	129	2	868
2015	1027	170	0	857
2016	1027	180	0	847
Total	5072	717	2	4353

Fonte: Dados da Pesquisa.

A Tabela 6 apresenta os resultados da estatística descritiva das variáveis do modelo de regressão utilizado para captar efeito do gerenciamento de resultados no IDSM e no IDEF, e as variáveis não seguem distribuição normal ao nível de significância de 0,01, de acordo com os testes de Jarque-Bera e Kolmogorov-Smirnov.

TABELA 6: ESTATÍSTICA DESCRITIVA MODELO REGRESSÃO PROPOSTO

Variáveis	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
IDSM _{it}	4353	0,7791	0,2294	0,0000	1,0000
DA _{it}	4353	-0,0596	0,4462	-16,8497	4,6956
GAT _{it}	4353	-54,3901	6192,562*	-327055,2000	184728,4000
ROA _{it}	4353	0,0659	0,3735	-9,7720	7,2023
SIZE _{it}	4353	16,0639	2,2328	8,5383	23,4793
ENDIV _{it}	4353	0,0472	0,1023	0,0000	1,3226

Nota: * Dispersão do Desvio Padrão, da variável GAT, impulsionada pela Δ % Lucro Líquido.

Obs: As variáveis apresentadas não seguem distribuição normal nos testes de Jarque-Bera e Kolmogorov-Smirnov.

Fonte: Dados da Pesquisa.

A tabela 7 apresenta a correlação das variáveis do modelo de regressão proposto. Nota-se uma correlação positiva entre a variável $IDSM_{it}$ e as variáveis DA_{it} (0,0858), GAT_{it} (0,0036) e ROA_{it} (0,1258) e negativa com as variáveis $SIZE_{it}$ (-0,0171) e $ENDIV_{it}$ (-0,2178).

TABELA 7: CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS DO MODELO REGRESSÃO PROPOSTO

Variáveis	$IDSM_{it}$	DA_{it}	GAT_{it}	ROA_{it}	$SIZE_{it}$	$ENDIV_{it}$
$IDSM_{it}$	1,0000					
DA_{it}	0,0858	1,0000				
GAT_{it}	0,0036	-0,0012	1,0000			
ROA_{it}	0,1258	0,0364	0,0094	1,0000		
$SIZE_{it}$	-0,0171	0,0935	0,0060	-0,0317	1,0000	
$ENDIV_{it}$	-0,2178	0,0139	0,0025	-0,0608	0,0046	1,0000

Fonte: Dados da Pesquisa.

Hoffmann (2016, p. 101) destaca que a análise de correlação determina o grau de relacionamento entre duas variáveis. Caso seja positivamente correlacionada, tende a variar no mesmo sentido; e se negativamente, em sentido oposto.

Observa-se, na Figura 2, uma concentração maior de OPS no último grupo, ou seja, 58,37% apresentaram índice de IDSM e do IDEF na faixa de 0,80 a 1,00, e 3,05% no primeiro grupo, na faixa de 0 a 0,20.

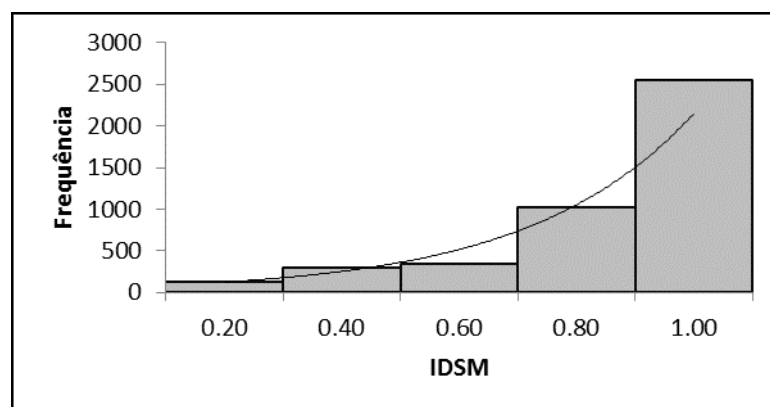


Figura 2: Histograma IDSM por Faixa

Fonte: Dados da Pesquisa

A Tabela 8 apresenta os resultados da estatística descritiva, por faixas de avaliação do Programa de Qualificação, das variáveis $IDSM_{it}$, DA_{it} , GAT_{it} , ROA_{it} , $SIZE_{it}$ e $ENDIV_{it}$.

TABELA 8: ESTATÍSTICA DESCRITIVA POR FAIXA DE QUALIFICAÇÃO

	Variáveis	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
1ª Faixa 0,00 a 0,20	$IDSM_{it}$	133	0,1301	0,0486	0,0000	0,2000
	DA_{it}	133	-0,1521	0,5012	-4,3520	0,8737
	GAT_{it}	133	10,1087	153,7183	-714,3068	1044,0570
	ROA_{it}	133	-0,0907	0,3834	-2,6854	0,4885
	$SIZE_{it}$	133	15,9341	1,7453	9,8309	20,6139
	$ENDIV_{it}$	133	0,1099	0,1610	0,0000	0,7586
2ª Faixa 0,20 a 0,40	$IDSM_{it}$	302	0,3148	0,0582	0,2012	0,4000
	DA_{it}	302	-0,1343	0,6829	-10,7738	1,4860
	GAT_{it}	302	-28,5616	735,8845	-11421,0700	4974,3410
	ROA_{it}	302	-0,0568	0,7881	-9,7720	5,4040
	$SIZE_{it}$	302	15,6099	2,3102	8,5383	20,5386
	$ENDIV_{it}$	302	0,0839	0,1488	0,0000	1,3226
3ª Faixa 0,40 a 0,60	$IDSM_{it}$	349	0,5038	0,0623	0,4010	0,6000
	DA_{it}	349	-0,1155	0,9659	-16,8497	0,6663
	GAT_{it}	349	3,6293	209,9191	-1273,3400	2253,2960
	ROA_{it}	349	0,0490	0,3655	-1,8368	5,4284
	$SIZE_{it}$	349	16,1142	2,0627	10,2680	23,1442
	$ENDIV_{it}$	349	0,0713	0,1227	0,0000	0,8370
4ª Faixa 0,60 a 0,80	$IDSM_{it}$	1028	0,7099	0,0539	0,6007	0,8000
	DA_{it}	1028	-0,0773	0,4353	-11,0598	1,5032
	GAT_{it}	1028	-435,0362	11336,4200	-327055,2000	24166,0500
	ROA_{it}	1028	0,0562	0,2753	-3,8916	2,9049
	$SIZE_{it}$	1028	16,4349	2,1827	9,7007	23,1486
	$ENDIV_{it}$	1028	0,0602	0,1106	0,0000	0,7997
5ª Faixa 0,80 a 1,00	$IDSM_{it}$	2541	0,9341	0,0618	0,8001	1,0000
	DA_{it}	2541	-0,0311	0,2568	-6,0878	4,6956
	GAT_{it}	2541	85,1915	3686,7230	-9026,8960	184728,4000
	ROA_{it}	2541	0,0950	0,3237	-3,6853	7,2023
	$SIZE_{it}$	2541	15,9677	2,2696	9,6182	23,4793
	$ENDIV_{it}$	2541	0,0309	0,0786	0,0000	0,8876

Fonte: Dados da Pesquisa.

Com base na Tabela 8 e representação gráfica da Figura 3, observa-se que na média quanto menor a faixa de nota do IDSM maior as acumulações discricionárias (DA). Para o cálculo da média dos valores do DA, no gráfico da Figura 3, os dados estão em módulo.

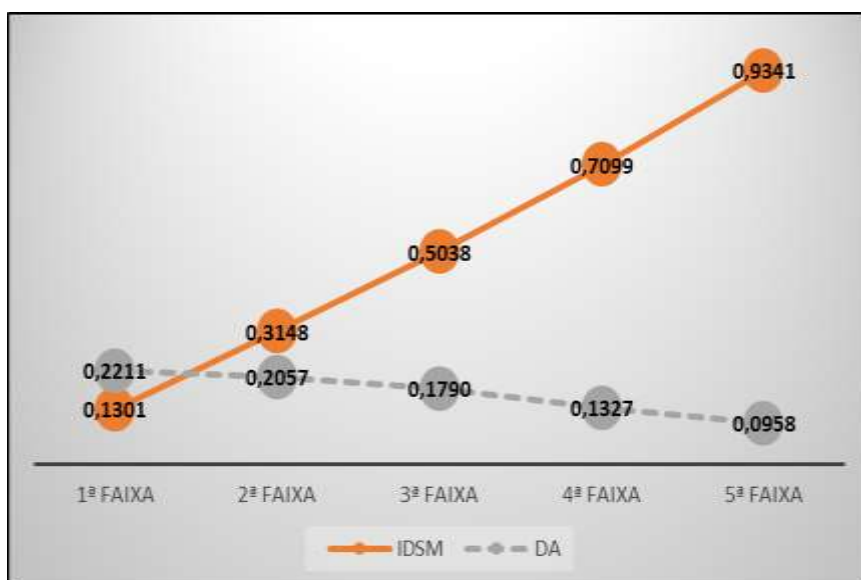


Figura 3: Comparativo IDSM e DA por Faixa de Qualificação
Fonte: Dados da Pesquisa

Foram realizados os testes t de *Student*, paramétrico, e o Kruskal-Wallis, não paramétrico, para verificar se as médias das acumulações discricionárias por faixas são significativamente diferentes. O teste paramétrico foi realizado com a 1ª e 5ª faixa, e o não paramétrico, com todas as faixas, todavia, ambos os testes apresentaram evidências de diferenças significativas das médias das acumulações discricionárias.

A Tabela 9 apresenta os resultados da estatística descritiva das acumulações discricionárias estimadas pelo modelo Jones Modificado por modalidade de DA_{it} , sendo: todas as observações, em módulo e segregadas em negativo e positivo.

TABELA 9: ESTATÍSTICA DESCRITIVA POR MODALIDADE DE DA

Variáveis	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
DA _{it}	4353	-0,0596	0,4462	-16,8497	4,6956
DA _{it} (módulo)	4353	0,1226	0,4332	0,0000	16,8497
DA _{it} (sinal negativo)	2844	-0,1395	0,5126	-16,8497	0,0000
DA _{it} (sinal positivo)	1509	0,0909	0,2111	0,0000	4,6956

Fonte: Dados da Pesquisa.

A Tabela 10 apresenta os resultados do modelo de regressão proposto utilizado para captar efeito do gerenciamento de resultados no IDSM. Os resultados da regressão estão apresentados nos modelos efeito aleatório, fixo e fixo ajustado.

TABELA 10: COEFICIENTES MODELO REGRESSÃO PROPOSTO

Variáveis	Efeito Aleatório		Efeito Fixo		Efeito Fixo Ajustado	
	Coeficientes	Valor-p	Coeficientes	Valor-p	Coeficientes	Valor-p
Constante	0,6831	0,0000	-1,4831	0,0000	-1,4831	0,0000
DA _{it}	0,0357	0,0000	0,0316	0,0000	0,0316	0,0010
GAT _{it}	1,79E-07	0,6900	1,94E-07	0,6670	1,94E-07	0,2830
ROA _{it}	0,0804	0,0000	0,0628	0,0000	0,0628	0,0000
SIZE _{it}	0,0064	0,0100	0,1420	0,0000	0,1420	0,0000
ENDIV _{it}	-0,4671	0,0000	-0,4509	0,0000	-0,4509	0,0000
R^2 within	0,0412		0,0957		0,0957	
R^2 between	0,1060		0,0029		0,0029	
R^2 overall	0,0610		0,0007		0,0007	
Observações	4353		4353		4353	
F-statistic	247,1400		69,6100		36,1700	
Prob (F-statistic)	0,0000		0,0000		0,0000	
Hausman	χ^2 218,27		Prob> χ^2 0,0000			
Correlação Serial	F 128,164		Prob>F 0,0000			
Heterocedasticidade	χ^2 6.9e+33		Prob> χ^2 0,0000			

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os parâmetros gerados pela regressão da Equação (16) estão apresentados na Tabela 10. Observa-se que em ambos os modelos foi encontrada significância estatística, ao nível de 0,01, na constante e nas variáveis DA_{it}, ROA_{it}, SIZE_{it} e ENDIV_{it}.

Foram realizados os testes de Chow, Breusch-Pagan e o Hausman, para definição do modelo, sendo, portanto, mais apropriado o efeito fixo para o modelo de

regressão proposto da Equação (16). O teste de Wooldridg detectou existência de autocorrelação serial, e o teste de Wald, a existência de heterocedasticidade. Nos testes de Jarque-Bera e Kolmogorov-Smirnov, nas variáveis do modelo de regressão proposto, ao nível de significância de 0,01, não seguem distribuição normal.

Para corrigir a autocorrelação serial e heterocedasticidade, o método de estimação robusto foi utilizado no efeito fixo ajustado, conforme apresentado na Tabela 10. Quanto aos pressupostos de normalidade, foram relaxados nas inferências dos parâmetros do modelo, pois os coeficientes são consistentes e não viesados assintoticamente, mesmo na existência de autocorrelação serial e heterocedasticidade (FORMIGONI *et al*, 2009; FERREIRA *et al*, 2012).

Adicionalmente, a Tabela 11 apresenta os resultados do modelo de regressão proposto com os dados da variável DA_{it} em módulo e segregados em negativo e positivo. O coeficiente estimado na regressão, em módulo, da variável DA_{it} (-0,0238) corrobora que quanto maiores as notas do IDSM menores as acumulações discricionárias (DA).

TABELA 11: COEFICIENTES EFEITO FIXO AJUSTADO POR MODALIDADE DE DA

Variáveis	DA _{it} (módulo)		DA _{it} (sinal negativo)		DA _{it} (sinal positivo)	
	Coeficientes	Valor-p	Coeficientes	Valor-p	Coeficientes	Valor-p
Constante	-1,5008	0,0000	-1,7673	0,0000	-1,3244	0,0010
DA _{it}	-0,0238	0,0040	0,0317	0,0020	0,0477	0,4930
GAT _{it}	1,93E-07	0,2780	8,66E-08	0,5610	1,56E-06	0,0000
ROA _{it}	0,0623	0,0000	0,0328	0,1400	0,1120	0,0050
SIZE _{it}	0,1432	0,0000	0,1605	0,0000	0,1305	0,0000
ENDIV _{it}	-0,4448	0,0000	-0,4154	0,0000	-0,3747	0,0220
R ² within	0,0933		0,1042		0,0822	
R ² between	0,0026		0,0011		0,0007	
R ² overall	0,0007		0,0002		0,0009	
Observações	4353		2844		1509	
F-statistic	35,5000		24,6800		27,8400	
Prob (F-statistic)	0,0000		0,0000		0,0000	

Fonte: Dados da Pesquisa.

Este Capítulo apresentou os resultados do modelo Jones Modificado e do modelo de regressão proposto, demonstrando que existem evidências estatísticas as quais apoiam a hipótese de que os gestores das OPS gerenciam os resultados contábeis por meio das acumulações discricionárias para não reportar baixo índice no indicador da dimensão sustentabilidade no mercado.

Capítulo 5

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou responder empiricamente se existem evidências estatísticas de que as OPS gerenciam os resultados contábeis para não reportar baixo índice no indicador da dimensão sustentabilidade no mercado. O modelo de regressão proposto buscou captar se o índice do indicador da dimensão sustentabilidade no mercado é significativamente impactado pelo gerenciamento das acumulações discricionárias. Foram utilizadas variáveis de controles referenciadas em estudos anteriores.

As análises dos dados apontaram para evidência de que os gestores das OPS gerenciam os resultados contábeis, por meio das acumulações discricionárias, para não reportar baixo índice no indicador da dimensão sustentabilidade no mercado.

O índice do indicador da dimensão da sustentabilidade no mercado faz parte da métrica de cálculo do IDSS, do programa de qualificação das OPS, da ANS. Porém, mais de 14% das OPS não foram pontuadas, outras constam como risco alto no sinalizador de indícios de risco assistencial, mas estão classificadas nas faixas melhores do IDSS.

Portanto, a ANS institui o Plano de Recuperação para as OPS que tiverem anormalidades administrativas graves, que consistem em práticas associadas à desassistência, de modo coletivo, recorrente e não pontual, que ocasionem falhas de natureza assistencial, atuarial, estrutural ou operacional graves que indiquem

risco à qualidade e à continuidade do atendimento à saúde dos beneficiários, conforme RN nº 256/2011, da ANS.

Porém a ANS classifica os resultados do Risco Assistencial, que consiste na identificação dos indícios de anormalidade administrativas e assistenciais, como sigiloso e aos quais somente as OPS têm acesso, conforme Nota Técnica nº. 55/2016, da ANS.

Para Macadar *et al* (2015), o Estado brasileiro tem acompanhado a tendência mundial, com o amadurecimento do regime democrático, permitindo a ampliação de mecanismos de controle social e do exercício da cidadania, por meio da transparência, que é classificada, segundo Platt Neto *et al* (2007), em três elementos: publicidade, a ampla divulgação de informações à população; compreensibilidade, a apresentação visual das informações; e, utilidade para decisões, a relevância das informações.

Neste contexto, a disponibilização dos dados do Risco Assistencial pela ANS possibilitará estudos que investiguem se as OPS gerenciam os resultados contábeis para não apresentar anormalidades administrativas graves e contribuir para o aperfeiçoamento das métricas utilizadas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS. 2017. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/>>. Acesso em: 1 out. 2017.

_____. **Nota Técnica Nº 55/2016/GMOA/GGRA/DIPRO**. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/images/stories/Plano_de_saude_e_Operadoras/Area_da_Operadora/moa/nota55-2016.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Relatório de gestão do exercício de 2016**. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/index.php/aans/transparencia-institucional/prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao>>. Acesso em: 12 out. 2017.

_____. **Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 38**, de 27 de outubro de 2000. Institui o Plano de Contas Padrão, aplicável às Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde-OPS.

_____. **Resolução Normativa – RN nº 191**, de 8 de maio de 2009. Institui o Fundo Garantidor do Segmento de Saúde Suplementar (FGS) pelas Operadoras de Planos de Saúde.

_____. **Resolução Normativa – RN nº 209**, de 22 de dezembro de 2009. Dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras.

_____. **Resolução Normativa – RN nº 227**, de 19 de agosto de 2010. Dispõe sobre a constituição, vinculação e custódia dos ativos garantidores das Provisões Técnicas, especialmente da Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar e altera a Resolução Normativa nº 209, de 22 de dezembro de 2009.

_____. **Resolução Normativa – RN nº 256**, de 18 de maio de 2011. Institui o Plano de Recuperação Assistencial e regula o regime especial de Direção Técnica no âmbito do mercado de saúde suplementar, e dá outras providências.

_____. **Resolução Normativa – RN nº 307**, de 22 de outubro de 2012. Dispõe sobre os procedimentos de adequação econômico-financeira das operadoras de planos privados de assistência à saúde.

_____. **Resolução Normativa – RN nº 419**, de 26 de dezembro de 2016. Altera a Resolução Normativa – RN nº 392, de 9 de dezembro de 2015, que dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar e dá outras providências.

ALMEIDA, J. E. F. **Earnings Management no Brasil: Estudo Empírico em Indústrias e Grupos Estratégicos**. Vitória, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças - FUCAPE.

ASSAF, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 9. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.961**, de 28 de janeiro de 2000. Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9961.htm>. Acesso em: 2 ago. 2016.

CAMPOS, A. C.; CAMACHO, D. T. Regulação econômica do setor petrolífero no Brasil: análise das ações da ANP no período de 1997 a 2008. **Revista de Administração da UFSM**, v. 7, n. 3, p. 422-441, 2014.

CARDOSO, Ricardo Lopes. **Regulação econômica e escolhas de práticas contábeis**: evidências no mercado de saúde suplementar brasileiro. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-18122008-121952/es.php>>. Acesso em: 13 set. 2016.

COSTA, F. M.; FERREIRA, F. R. Gerenciamento de Resultados e “Nova Gestão Pública”: Evidências nos Departamentos Governamentais Australianos. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS (ANPCONT), 5., 2011, Vitória (ES). **Anais...** Vitória, ES. ANPCONT, 2011.

DECHOW, P. M.; DICHEV, I. D. The quality of accruals and earnings: the role of accrual estimation errors. ABI/INFORM Global. **The Accounting Review**, v. 77, p. 35, 2002.

DECHOW, P. M., GE, W., SCHRAND, C. Understanding earnings quality: a review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, n. 2-3, p. 344-401. 2010.

DECHOW, P. M.; HUTTON, A. P.; KIM, J. H.; SLOAN R. G. Detecting Earnings Management: a new approach. **Journal of Accounting Research**, Vol. 50, n. 2, may 2012, p. 275-334.

DECHOW, P. M.; SKINNER, D. J. Earnings management: reconciling the views of Accounting Academics, Practitioners, and Regulators. **Accounting Horizons**, v. 14, n. 2, p. 235-250, 2000.

DECHOW, P. M.; SLOAN, R. G.; SWEENEY, A. P. Detecting Earnings Management. **The Accountin Review**, v. 70, n. 2, pp.193-225, 1995.

FERREIRA, F. R.; CARDOSO, R. L.; MARTINEZ, A. L.; MARIO, P. C. Auditing and Earnings Management in brazilian HMOS. **Corporate Ownership & Control**, v. 8, n. 2, 2011.

FERREIRA, F. R.; MARTINEZ, A. L.; COSTA, F. M.; PASSAMANI, R. R. Book-Tax Differences e Gerenciamento de Resultados no mercado de ações do Brasil. **Revista de Administração de Empresa – RAE**, v. 52, n. 5, p. 488-501, 2012.

FORMIGONI, H.; ANTUNES, M. T. P.; PAULO, E. Diferença entre o lucro contábil e lucro tributável: uma análise sobre o gerenciamento de resultados contábeis e gerenciamento tributário nas companhias abertas brasileiras. **BBR Brazilian Business Review**, v. 6, n. 1, p. 44-61, 2009.

FORTI, C. A. B.; PEIXOTO, F. M.; ALVES, D. L. Fatores Determinantes do Pagamento de Dividendos no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 68, p. 167-180, 2015.

GALDI, F. C.; SOARES, E. R. Relação dos modelos Dupont com o retorno das ações no mercado brasileiro. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 57, p. 279-298, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v22n57/04.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2016.

GUIMARÃES, A. L. S.; ALVES, W. O. Prevendo a insolvência de Operadoras de Planos de Saúde. **Revista de Administração de Empresa – RAE**, v. 49, n. 4, p. 459-471, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902009000400009>>. Acesso em: 13 set. 2016.

HEALY, P. M.; WAHLEN, J. M. A Review of the Earnings Management Literature and its Implications for Standard Setting. **Accounting Horizons**, v. 13, n. 4, p. 365-383, 1999.

HOFFMANN, Rodolfo. **Análise de regressão: uma introdução à econometria**. 5. ed. – Piracicaba: O Autor, 2016.

INSTITUTO DE ESTUDOS DE SAÚDE SUPLEMENTAR. **Guia da Saúde Suplementar**. São Paulo. Disponível em: <http://www.iess.org.br/guia_iess_tela.pdf>. Acesso em: 09 set. 2016.

JOIA, R. M.; NAKAO, S. H. Adoção de IRFS e gerenciamento de resultado nas empresas brasileiras de capital aberto. **Revista de Educação e Pesquisas em Contabilidade**, v. 8, n. 1, art. 2, p. 22-38, 2014.

KOTHARI, S. P.; LEONE, A. J.; WASLEY, C. E. Performance matched discretionary accrual measures. **Journal of Accounting and Economics**, v. 39, n. 1, p. 163-197, 2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Edição. São Paulo. Editora Atlas, 2003.

MACADAR, M. A.; FREITAS, J. L.; MOREIRA, C. R. Transparência como elemento fundamental em governo eletrônico: uma abordagem institucional. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 15, n. 3, p. 78-100, 2015.

MARTINEZ, Antônio Lopo. “**Gerenciamento” dos resultados contábeis**: Estudos empírico das companhias abertas brasileiras. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP, 2001.

_____. Gerenciamento de resultados no Brasil: um survey da literatura. **BBR Brazilian Business Review**, v. 10, n. 4, p. 1-31, 2013.

MARTINEZ, A. L.; CARDOSO, R. L. Gerenciamento da informação contábil no Brasil mediante decisões operacionais. **Revista Eletrônica de Administração**, Edição 64 Vol 15 Nº 3 set./dez. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufg.br/read/article/view/39021>>. Acesso em: 13 set. 2016.

MORSFIELD, S. G.; TAN, C. E. L. Do Venture Capitalists Influence the Decision to Manage Earnings in Initial Public Offerings? **Accounting Review**, Forthcoming, May 2006.

PAULO, Edilson. **Manipulação das informações contábeis**: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP, 2007.

PINHEIRO, I. C. B.; PELEIAS, I. R.; SILVA, A. F.; MARTINS, E. Efeitos da Regulação Econômico-Financeira nas Estratégias de Financiamento das Operadoras de Plano de Saúde. **Revista Universo Contábil**, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 11, n. 2, p. 108, abr./jun. 2015. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/4396>>. Acesso em: 13 set. 2016.

PLATT NETO, O. A.; CRUZ, F.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L. Publicidade e Transparência das Contas Públicas: Obrigatoriedade e abrangências desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 1, p. 75-94, 2007.

SALVATORI, R. C.; VENTURA, C. A. A. A Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS: onze anos de regulação dos planos de saúde. **Organizações & Sociedade (O&S)**, v. 19, n. 62, p. 471-487, 2012.

SANCOVSCHI, M.; MACEDO, M. A. S.; SILVA, J. A. Análise das intervenções da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) através dos Índices de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS). **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 17, n. 2, p. 118-136, 2014.

SILVA JR, D. L.; AVILA, J. P. C.; CAMPOS, A. M. Avaliação de agências reguladoras: uma agenda desafios para a sociedade brasileira. **Revista de Administração Pública – RAP**, v. 34, n. 5, p. 29-46, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/6304/4894>>. Acesso em: 13 set. 2016.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive Accounting Theory: A Ten Year Perspective. ABI/INFORM Global. **The Accounting Review**, v. 65, n. 1, pg. 131, 1990.